



Sua energia  
NOS INSPIRA

lsa CTEEP  
www.cteep.com.br

IBOVESPA Índice de Bovespa IEE Índice de Energia Elétrica IBRX Índice de Bolsa de Valores IGC Índice de Governança Corporativa MLCX MLCX TRPL4 NÍVEL 1 BM&FBovespa

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2011

### Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Chegamos ao final do ano de 2011 certos de que os esforços foram transformados em bons resultados. Não apenas traduzidos em nossos números que, proporcionalmente, estão entre os melhores do mercado, mas principalmente na confiança e na satisfação dos nossos stakeholders.

De acordo com a gestão integral, que incorpora o acompanhamento da estratégia definida por nosso Conselho de Administração, as dimensões financeira e operacional, e capacidade de gerenciar projetos, nos permitiram obter resultados dignos de comemoração. O EBITDA em 2011 foi 23,84% maior do que em 2010, totalizando R\$ 1.456,5 milhões com margem de 50,2%. O lucro líquido somou R\$ 915,3 milhões, o que representa avanço de 12,7% em relação ao ano de 2010.

Com o apoio do nosso corpo de colaboradores, melhoramos ainda mais nosso desempenho operacional. Com isso, mais uma vez a CTEEP colocou o seu nível de energia não suprida (ENS) em posição de destaque, figurando entre os melhores índices das empresas de transmissão do Brasil. Não obstante, pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia recebeu o maior prêmio adicional de Receita Anual Permitida (RAP), pela disponibilidade dos ativos de transmissão.

Foram fundamentais para tal desempenho os investimentos em manutenção e modernização, como por exemplo, a digitalização das subestações, seguindo a nova norma da IEC 6530, e a criação de redundância nos sistemas que ainda não contavam com tal benefício. Ao longo do ano, foram investidos R\$ 91,4 milhões em manutenção e R\$ 10,4 milhões em digitalizações de subestações.

Em 2011, a CTEEP e suas subsidiárias, Pinheiros e Serra do Japi, adicionaram 3.000 MVA ao estado de São Paulo, valor correspondente a 30% do consumo da cidade de São Paulo. Esses projetos reforçam a disponibilidade e a confiabilidade da transmissão de energia elétrica.

A energia das nossas conquistas vem de uma equipe motivada e comprometida com as metas, à qual manifestamos nosso agradecimento por toda a colaboração ao longo do ano. Agradecemos aos parceiros e fornecedores pelo desenvolvimento de uma relação duradoura e eficiente. Também agradecemos aos acionistas, conselheiros e demais diretores pelo suporte, dedicação e empenho na construção de uma Companhia rentável, sustentável e dedicada à sua missão.

### 1. PERFIL DA COMPANHIA

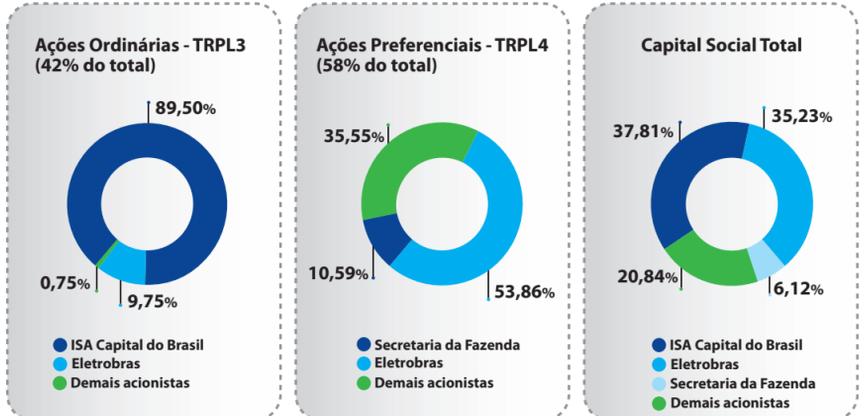
Maior concessionária privada do serviço público de transmissão de energia do Brasil, a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) é responsável pelo transporte anual de 30% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo. Ao final de 2011, contava com uma equipe de 1.458 funcionários. A receita operacional líquida foi de R\$ 2,9 bilhões e o lucro líquido de R\$ 915,3 milhões.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Possui ainda participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns).

Em 2011, um total de 141.127 GWh de energia trafegaram pelo sistema elétrico da CTEEP, uma rede formada por 12.993 km de linhas de transmissão, 18.782,41 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 106 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.131 MVA. Essa rede interliga pontos de conexão de empresas geradoras e de outras transmissoras até a rede das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

A inovação tecnológica e o investimento anual na expansão, reforço e manutenção de rede, necessários para garantir a qualidade e confiabilidade das operações, expressam a missão da Companhia de buscar excelência na prestação de serviços e a satisfação dos clientes por meio de uma gestão sustentável que busque a perenidade da Companhia, retorno adequado aos acionistas e o desenvolvimento da comunidade.

#### Composição Acionária



#### Governança Corporativa

A CTEEP trabalha continuamente para evoluir e aperfeiçoar seus processos de gestão e sistemas de controle. Como resultado desta constante busca pela melhoria, a Companhia foi a primeira do setor de energia elétrica no estado de São Paulo a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa, e também faz parte do Índice de Governança Corporativa (IGC) da BM&FBovespa, composto por empresas que apresentam maior transparência no relacionamento com seus stakeholders.

O modelo de gestão adotado pela CTEEP está em consonância com as melhores práticas do mercado. Diante disso, e com o objetivo de nortear as decisões e atuações de seus profissionais, a Companhia conta com o Código de Ética e o Código de Governança Corporativa, aprovados pelo Conselho de Administração. Ambos afirmam a disposição da alta administração e de seus colaboradores com a transparência na gestão e no relacionamento com os stakeholders.

#### Gestão sustentável

A Companhia adota um modelo de gestão estratégica integrado, com base na aplicação da metodologia balance scorecard e busca contínuo aprimoramento na tradução da sua estratégia. Como produto, em 2011, a CTEEP revisou seu mapa estratégico definindo três direcionadores de mercado: sustentabilidade do negócio, tecnologia em transmissão e confiabilidade do serviço, que apontam para a estratégia de garantir a perenidade do negócio com contínua agregação de valor ao acionista.

Ao longo de 2011, a Companhia apontou avanços nos compromissos estabelecidos com seus públicos de relacionamento: clientes, acionistas e investidores, fornecedores, sociedade, colaboradores e Estado. Atentos aos nossos clientes, a CTEEP alcançou excelentes indicadores operacionais, expressão dos serviços com qualidade a custos competitivos, da alta disponibilidade de ativos e da interação constante com este grupo.

Existe na CTEEP um compromisso muito claro com a sociedade: criar melhores condições para fazer a gestão do negócio, não apenas no presente, mas visualizando o futuro. A CTEEP enxerga como dever a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade e, nesse sentido, é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, adere à metodologia GRI em seu relatório de sustentabilidade e participa dos indicadores ETHOS.

A Companhia investiu R\$ 2.200 mil na realização de iniciativas que contribuem para a inclusão social a partir da educação e da promoção de projetos culturais. Com isso beneficiou diretamente 4.665 pessoas e mais de 50.000 indiretamente, com isso, trazendo à sociedade discussões relevantes como a convivência com as linhas de transmissão e o seu papel na sustentabilidade.

Uma boa gestão é factível com colaboradores comprometidos e preparados para os desafios. Assim investimentos são continuamente realizados na qualificação, treinamento e, principalmente, segurança para exercício das atividades. Em 2011, seus 1.458 colaboradores, em média, participaram de 52,6 horas de treinamentos.

Para garantir hoje a CTEEP das décadas futuras, a Companhia focou na visão inovadora para seus projetos de pesquisas e desenvolvimento, visando eficiência energética, produtividade e prospecção de novas tecnologias.

### 2. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Grandes esforços são continuamente empregados no sentido de melhor operar, manter e expandir a capacidade de transmissão da CTEEP com altos indicadores de qualidade. A confiabilidade e a excelência operacional são prioridades que norteiam sua atuação.

Em 2011, o planejamento de manutenção, os empreendimentos que entraram em operação e a gestão da operação foram fundamentais para a performance dos indicadores, que figuram entre os melhores do setor, sobretudo diante dos fenômenos meteorológicos e a instabilidade climática que prevaleceu sobre a região de atuação da Companhia. A CTEEP atua no sentido de mitigar os riscos de ocorrências, por meio de investimentos e manutenção. Entretanto, quando estes eventualmente ocorrem, sua resposta é imediata no sentido de circunscrever a ocorrência por meio do ilhamento e proceder ao imediato reestabelecimento.

**Novos projetos da CTEEP e de suas subsidiárias Pinheiros e Serra do Japi, adicionaram 3.000 MVA, ou seja, 30% do consumo da cidade de São Paulo.**

**Investimentos R\$ 2.200 mil em iniciativas que contribuem para a inclusão social a partir da educação e da promoção de projetos culturais.**

**Os lotes arrematados em leilão totalizaram RAP de R\$ 73,3 milhões e investimentos estimados de R\$ 693 milhões**

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As **receitas de construção** totalizaram R\$ 1.103.686 mil em 2011, comparadas com R\$ 693.803 mil em 2010, impactadas positivamente pelo avanço das obras da Serra do Japi e das obras da IEMadeira, bem como das obras de reforços e ampliação no sistema de transmissão da CTEEP.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$ 555.127 mil em 2011, comparadas com R\$ 442.469 mil em 2010, sobretudo, pela correção da Receita Anual Permitida - RAP do ciclo 2010/2011 para o ciclo 2011/2012, de acordo com a variação do IGPM acumulado.

As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$ 1.589.969 mil em 2011, comparadas com R\$ 1.398.245 mil em 2010, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber de construção, que teve variação positiva de 21%. Adicionalmente, em julho de 2011, a Companhia e suas controladas reconheceram os ajustes positivos oriundos do reposicionamento tarifário anual, que afetaram os seus fluxos de caixa no montante de R\$ 246.871 (em 2010 R\$ 86.360) como ajuste na receita financeira anual. Tendo em vista que os ativos financeiros oriundos da concessão são classificados como empréstimos recebíveis.

As **deduções da receita operacional** atingiram R\$ 367.884 mil em 2011 e R\$ 295.257 mil em 2010, representadas por tributos e encargos que refletem o crescimento da receita operacional.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a **receita operacional líquida** aumentou 28,6%, atingindo R\$ 2.900.805 mil em 2011, comparada com R\$ 2.256.286 mil em 2010, em decorrência do aumento de 59,1% das receitas de construção, 25,5% das receitas de operação e manutenção; de 13,7% das receitas financeiras, e 23,5% de deduções da receita operacional.

Os **custos de construção e de operação/manutenção** tiveram aumento de 39,6%, alcançando R\$ 1.323.409 mil em 2011 frente aos R\$ 948.270 mil em 2010, em decorrência de acréscimos de R\$ 366.576 mil referente a gastos de materiais e serviços aplicados, substancialmente, às obras da Serra do Japi e da IEMadeira.

As **despesas operacionais líquidas** não apresentaram variações relevantes no total, em 2011 R\$ 157.772 mil e em 2010 R\$ 161.773 mil. Entretanto, destacamos algumas movimentações importantes ocorridas no exercício: (i) reversão de provisão para contingências, referente a ganho de processo trabalhista, no montante de R\$ 27.603 mil; (ii) constituição de provisão para perdas com estoques no total de R\$ 17.971 mil; (iii) aumento nas despesas de contratação de serviços no valor de R\$ 5.999 mil; e (iv) acréscimo na despesa com pessoal no valor de R\$ 3.207 mil devido basicamente ao dissídio do período.

A margem **EBITDA** foi de 50,2%, totalizando R\$ 1.456.517 mil em 2011 em comparação a 52,1%, R\$ 1.176.130 mil em 2010.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$ 200.520 mil em 2011 apresentando aumento de 91,5% em relação a R\$ 104.696 mil em 2010 devido a maior alavancagem financeira. A CTEEP captou em 2011, R\$ 500,0 milhões em Notas Promissórias e R\$ 250,0 milhões em CCB internacional e *Commercial Paper*, gerando despesa financeira adicional de aproximadamente R\$ 47 milhões. As controladas, Serra do Japi e IEMadeira, tiveram um aumento nas captações de curto prazo e as controladas Pinheiros, IESul e Serra do Japi tiveram novas captações de longo prazo junto ao BNDES, gerando uma despesa financeira adicional de aproximadamente R\$ 24,0 milhões. Cabe ressaltar o aumento do CDI de 2010 para 2011 que elevou o custo total da dívida em aproximadamente 1,68% a.a. Devido, substancialmente, a maior captação de curto prazo, sobretudo pelas controladas Serra do Japi e IEMadeira, que estão em fase de construção das linhas de transmissão, o capital circulante líquido consolidado em 31 de dezembro de 2011 estava negativo em R\$ 83,2 milhões.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 32,5% somando R\$ 303.844 mil em 2011 contra R\$ 229.376 mil em 2010. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 24,9% em 2011 comparada com 22,0% em 2010, as principais diferenças permanentes que justificam a variação entre a taxa efetiva e a taxa nominal são despesa de juros sobre capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** de 2011 totalizou R\$ 915.260 mil, montante 12,7% superior quando comparado a R\$ 812.171 mil em 2010.

### 4. INVESTIMENTOS

Em 2011, os investimentos realizados pela CTEEP em reforços, modernizações e melhorias dos ativos existentes, na capitalização de mão de obra e em aportes nas subsidiárias totalizaram R\$ 661,4 milhões.

#### Plano de Investimentos Plurianual 2012/2014

Em reunião realizada em 23 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos Plurianual para o triênio 2012/2014, com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia.

(R\$ milhões)	2012	2013	2014
<b>Próprio (A)</b> .....	<b>312,1</b>	<b>442,5</b>	<b>350,6</b>
Corporativo.....	15,6	8,4	8,4
Projeto Telecom.....	0,1	0,0	0,0
Reforços Tipo 1.....	107,6	178,3	97,5
Reforços Tipo 2.....	29,9	21,8	20,5
Novas Conexões.....	27,8	91,5	107,4
PMT.....	78,9	73,1	62,6
PMIS.....	38,0	54,7	38,8
Capitalização de pessoal.....	14,1	14,7	15,5
<b>Participação nas subsidiárias (B)</b> .....	<b>333,3</b>	<b>76,3</b>	<b>83,1</b>
IENNE.....	1,6	0,0	0,0
IEPinheiros.....	50,8	4,7	0,0
IESul.....	14,5	0,0	0,0
IEMadeira.....	251,9	2,0	0,0
Serra do Japi.....	5,7	0,0	0,0
IEGaranhuns.....	8,7	69,6	83,1
<b>Total (A+B)</b> .....	<b>645,4</b>	<b>518,8</b>	<b>433,7</b>

Para garantir a efetividade do Plano de Investimentos Plurianual, a CTEEP buscará apoio financeiro de diferentes fontes para financiar seus investimentos nos projetos de reforços, novas conexões, manutenção (PMT e PMIS) e Telecom, bem como nos aportes em suas subsidiárias.

### 5. MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2011 cotadas a R\$ 54,00 e R\$ 57,99, respectivamente, o que representa uma variação de -11,62% e +5,25%, também respectivamente, em relação a 2010. Somando os proventos pagos aos acionistas ao valor da ação, o retorno referente às ações ordinárias foi de -1,79% e 18,03% sobre as ações preferenciais. Durante o exercício de 2011, o IBOVESPA desvalorizou-se 18,11% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 19,72%.

Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,2 milhões, com uma média diária de 743 negócios.

A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do exercício social de 2011, a base acionária da Companhia era composta por 23.724 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.098.918 ADRs referentes às ações preferenciais.

#### Remuneração aos Acionistas

Em relação ao lucro líquido registrado em 2011, incluindo os dividendos pagos em janeiro de 2012, os acionistas receberam R\$ 757,7 milhões, na forma de proventos, o que corresponde a R\$ 4,98 por ação de ambas as espécies. Tal remuneração representou dividend yield de 8,59% e payout de 82,78%.

### 6. AUDITORES INDEPENDENTES

No que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a CTEEP segue princípios que preservam a independência do auditor, que não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, ou ainda advogar por seu cliente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young Terco").

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, a CTEEP informa que o valor dos serviços prestados pela Ernst & Young em 2011 foi de R\$ 80 mil e refere-se à Auditoria Contábil e Financeira dos Projetos, Planos de Gestão e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, regulados pelas Resoluções 316/2008 e 300/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, contratado em 29/06/2011, com duração de 14 meses. Esta prestação de serviço correspondeu a 30,6% do contrato anual de Auditoria das Demonstrações Financeiras.

As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que possam gerar conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos.

A Administração

continua —\*



Sua energia  
NOS INSPIRA

www.cteep.com.br

IBOVESPA IEE IBRX IGC MLCX NÍVEL 1

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	151.021	40.334	207.295	54.983	Empréstimos e financiamentos	14	693.472	133.317	1.007.673	332.413
Contas a Receber (ativo de concessão)	6	1.434.110	1.413.681	1.474.794	1.424.390	Debêntures	15	168.217	2.154	389.825	2.154
Estoques		50.044	44.791	50.052	44.791	Fornecedores		48.781	48.856	83.056	93.964
Valores a receber - Secretaria da Fazenda		14.906	22.938	14.906	22.938	Tributos e encargos sociais a recolher	16	77.471	87.731	80.273	88.745
Tributos e contribuições a compensar	8	7.840	9.780	11.326	11.230	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17	12.273	10.353	12.273	10.353
Despesas pagas antecipadamente		1.786	1.828	3.190	2.611	Encargos regulatórios a recolher	18	27.497	49.244	28.824	49.559
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	1.673	-	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	22(b)	232.156	193.822	232.156	193.822
Créditos com controladas	28	3.291	146	-	-	Provisões	19	22.830	22.284	23.277	22.662
Dividendos a receber	28	529	-	-	-	Valores a pagar - Fundação CESP	20	6.244	6.503	6.244	6.503
Outros		74.078	35.798	74.529	35.802	Instrumentos financeiros derivativos	29	27.226	-	27.226	-
		1.737.605	1.569.296	1.837.765	1.596.745	Outros		25.750	12.885	30.185	13.874
								1.341.917	567.149	1.921.012	814.049
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo					
Contas a Receber (ativo de concessão)	6	3.423.417	3.231.704	5.335.027	4.225.309	Empréstimos e financiamentos	14	653.233	450.577	984.264	540.032
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	7	810.750	681.129	810.750	681.129	Debêntures	15	389.636	553.639	389.636	553.639
Benefício fiscal - ágio incorporado	9	119.079	147.911	119.079	147.911	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17	145.236	144.964	145.236	144.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	28.050	-	28.050	PIS e COFINS diferidos		44.334	24.430	229.519	117.632
Cauções e depósitos vinculados	10	61.886	42.248	61.886	42.248	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	1.982	-	42.176	9.352
Créditos com controladas	28	-	56.338	-	-	Encargos regulatórios a recolher	18	32.334	2.174	32.334	2.174
Estoques		145.395	184.264	145.395	184.264	Provisões	19	101.832	161.688	101.832	161.688
Instrumentos financeiros derivativos	29	53.736	-	54.195	-	Obrigações especiais - reversão/amortização	21	24.053	24.053	24.053	24.053
Outros		21.007	1.267	27.617	6.624			1.392.640	1.361.525	1.949.050	1.553.534
		4.635.270	4.372.911	6.553.949	5.315.535	<b>Patrimônio líquido</b>					
Investimentos	11	883.515	531.314	-	-	Capital social	22 (a)	1.162.626	1.119.911	1.162.626	1.119.911
Imobilizado	12	8.655	9.044	8.784	9.194	Reservas de capital	22 (c)	2.202.281	2.231.113	2.202.281	2.231.113
Intangível	13	8.946	9.944	8.998	9.944	Adiantamento para futuro aumento de capital		666	666	666	666
		901.116	550.302	17.782	19.138	Reservas de lucro	22 (d)	1.142.512	1.014.124	1.142.512	1.014.124
		5.536.386	4.923.213	6.571.731	5.334.673	Proposta de distribuição de dividendo adicional	22 (b e d)	31.349	198.021	31.349	198.021
		7.273.991	6.492.509	8.409.496	6.931.418			4.539.434	4.563.835	4.539.434	4.563.835
<b>Total do ativo</b>						<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>					
		7.273.991	6.492.509	8.409.496	6.931.418			7.273.991	6.492.509	8.409.496	6.931.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>2.025.847</b>	<b>1.735.190</b>	<b>2.900.805</b>	<b>2.256.286</b>
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	24	(588.380)	(474.656)	(1.323.409)	(948.270)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.437.467</b>	<b>1.260.534</b>	<b>1.577.396</b>	<b>1.308.016</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Generais e administrativas	24	(111.660)	(118.028)	(120.634)	(129.851)
Honorários da administração	24 e 28	(5.145)	(5.966)	(6.383)	(8.082)
Outras despesas, líquidas	26	(30.878)	(23.842)	(30.755)	(23.840)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	57.594	12.553	-	-
		(90.089)	(135.283)	(157.772)	(161.773)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>1.347.378</b>	<b>1.125.251</b>	<b>1.419.624</b>	<b>1.146.243</b>
Despesas financeiras	25	(277.851)	(133.712)	(336.577)	(152.253)
Receitas financeiras	25	118.898	43.553	136.057	47.557
		(158.953)	(90.159)	(200.520)	(104.696)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.188.425</b>	<b>1.035.092</b>	<b>1.219.104</b>	<b>1.041.547</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	27	(243.130)	(222.549)	(244.206)	(222.630)
Diferido	27	(30.035)	(372)	(59.638)	(6.746)
		(273.165)	(222.921)	(303.844)	(229.376)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>915.260</b>	<b>812.171</b>	<b>915.260</b>	<b>812.171</b>
Lucro básico por ação	22 (e)	6,02735	5,36207		
Lucro diluído por ação	22 (e)	5,90743	5,23721		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Receitas</b>					
Operacionais		2.302.698	1.977.057	3.268.689	2.551.543
Outras operacionais		35.677	6.028	35.798	6.030
		2.338.375	1.983.085	3.304.487	2.557.573
<b>Insusos adquiridos de terceiros</b>					
Custos dos serviços prestados		(14.778)	(11.876)	(17.485)	(13.163)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(482.620)	(381.944)	(1.218.343)	(864.427)
		(497.398)	(393.820)	(1.235.828)	(877.590)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.840.977</b>	<b>1.589.265</b>	<b>2.068.659</b>	<b>1.679.983</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		<b>(6.116)</b>	<b>(6.021)</b>	<b>(6.139)</b>	<b>(6.047)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>1.834.861</b>	<b>1.583.244</b>	<b>2.062.521</b>	<b>1.673.936</b>
<b>Recebido em transferência</b>					
Resultado de Equivalência Patrimonial		57.594	12.553	-	-
Receitas financeiras		118.898	43.553	136.057	47.557
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>2.011.353</b>	<b>1.639.350</b>	<b>2.198.578</b>	<b>1.721.493</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta		(149.280)	(118.649)	(153.876)	(121.546)
Benefícios		(34.863)	(31.673)	(35.639)	(32.074)
F.G.T.S.		(9.983)	(10.176)	(10.199)	(10.308)
		(194.126)	(160.498)	(199.714)	(163.926)
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		(592.463)	(509.895)	(715.422)	(570.070)
Estaduais		(618)	(596)	(696)	(595)
Municipais		(18.270)	(12.576)	(18.270)	(12.576)
		(611.351)	(523.067)	(734.388)	(583.241)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Aluguéis		(13.032)	(10.661)	(13.176)	(10.661)
Juros e variações monetárias e cambiais		(277.584)	(132.953)	(336.040)	(151.494)
		(290.616)	(143.614)	(349.216)	(162.155)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>					
Juros sobre capital próprio e dividendos		(789.028)	(771.638)	(789.028)	(771.638)
<b>Lucros retidos</b>		<b>126.232</b>	<b>40.533</b>	<b>126.232</b>	<b>40.533</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Reservas de lucros									
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)</b>	1.063.049	2.259.945	666	175.154	106.305	36.533	653.077	-	368.282	4.663.011
Aumento de capital (nota 22 (a))	56.862	(28.832)	-	-	-	-	-	-	-	28.030
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(3.240)	-	3.240	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	(368.282)	(368.282)
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	774	-	774
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.748	-	1.748
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	812.171	-	812.171
<b>Destinação do lucro:</b>										
Constituição da reserva legal (nota 22 (d))	-	-	-	40.609	-	-	-	(40.609)	-	-
Constituição da reserva estatutária (nota 22 (d))	-	-	-	-	5.686	-	-	(5.686)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,660255 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(251.593)	-	(251.593)
Dividendos intermediários (R\$ 2,120969 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(322.024)	-	(322.024)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,304237 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(198.021)	198.021	-
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.119.911</b>	<b>2.231.113</b>	<b>666</b>	<b>215.763</b>	<b>111.991</b>	<b>33.293</b>	<b>653.077</b>	<b>-</b>	<b>198.021</b>	<b>4.563.835</b>
Aumento de capital (nota 22 (a))	42.715	(28.832)	-	-	-	-	-	-	-	13.883
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(2.217)	-	2.217	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	(198.021)	(198.021)
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	841	-	841
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	1.315	-	1.315
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	915.260	-	915.260
<b>Destinação do lucro:</b>										
Constituição da reserva legal (nota 22 (d))	-	-	-	16.762	-	-	-	(16.762)	-	-
Constituição da reserva estatutária (nota 22 (d))	-	-	-	-	4.272	-	-	(4.272)	-	-
Constituição da reserva de retenção de lucros (nota 22 (d))	-	-	-	-	-	-	109.571	(109.571)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,674188 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(254.540)	-	(254.540)
Dividendos intermediários (R\$ 3,307749 por ação) (nota 22 (b))	-	-	-							







Sua energia NOS INSPIRA

www.cteep.com.br

IBOVESPA IEE IBRX IGC MLCX NIVEL 1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

8. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda retido na fonte.....	5.530	4.279	8.517	5.619
Contribuição social retido na fonte.....	797	741	939	776
COFINS.....	877	3.211	1.016	3.273
PIS.....	275	790	305	803
Outros.....	361	759	549	759
	<b>7.840</b>	<b>9.780</b>	<b>11.326</b>	<b>11.230</b>

9. Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora - controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMPLI) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 22 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos. O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Contrato de concessão		Total
	059/2001	143/2001	
2008 a 2012.....	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015.....	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031.....	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras, o valor líquido de R\$ 119.079 (R\$ 147.911 em 31 de dezembro de 2010), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização. A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31/12/2009.....	519.634	(343.091)	176.543
Realização no período.....	(84.800)	55.968	(28.832)
<b>Saldos em 31/12/2010.....</b>	<b>434.834</b>	<b>(287.123)</b>	<b>147.711</b>
Realização no período.....	(84.800)	55.968	(28.832)
<b>Saldos em 31/12/2011.....</b>	<b>350.034</b>	<b>(231.155)</b>	<b>118.879</b>

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras despesas, líquidas.

10. Cauções e depósitos vinculados - controladora e consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	2011	2010
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 19 (a) (i)).....	52.867	27.914
Fiscais - COFINS (b).....	-	5.668
Previdenciárias - INSS (nota 19 (a) (iii)).....	2.745	2.745
Autuações - ANEEL (a).....	6.076	5.723
Outros.....	198	198
	<b>61.886</b>	<b>42.248</b>

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

(i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de ato de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do "relatório de fiscalização"; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.

(ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$ 2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/98 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.

(iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$ 544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.

(iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$ 353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de restrição da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.

(b) Depósitos judiciais - COFINS

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS, no montante original de R\$ 11.132, obtendo desfecho favorável, cujo recebimento ocorreu em outubro de 2009. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia recebeu o montante de R\$ 11.594, referente atualização monetária dos depósitos judiciais. A Companhia registrou um ganho no resultado financeiro, uma vez que o montante registrado era de R\$ 5.668.

11. Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas

	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital		Resultado do exercício
				Integralizado	Patrimônio líquido	
IEMG.....	31/12/2011	78.855.292	100,0	78.855	52.319	12.196
	31/12/2010	47.313.175	60,0	78.855	85.889	2.166
Pinheiros.....	31/12/2011	206.699.000	100,0	206.700	216.735	6.093
	31/12/2010	198.199.000	100,0	198.200	202.142	3.236
Serra do Japi.....	31/12/2011	75.448.000	100,0	75.448	80.180	4.211
	31/12/2010	19.348.000	100,0	19.348	19.869	520

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 - Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km.

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente. A Companhia recebeu autorização para operar comercialmente. Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção de alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$ 14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidas pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

A operação estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pelo BNDES e pela ANEEL, ocorridas em 07 de dezembro de 2010, 16 de dezembro de 2010 e 21 de dezembro de 2010, respectivamente. Além das aprovações mencionadas, dentre as condições suspensivas figuravam determinados documentos que seriam providenciados pela vendedora e que foram apresentados em 28 de janeiro de 2011.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011 a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$ 15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente.

A administração julgou o valor ofertado por terceiro como sendo o valor justo dos ativos líquidos da IEMG.

	R\$ mil
Valor ofertado por terceiro.....	15.283
Participação negociada.....	40%
Valor ofertado equivalente a 100%.....	38.206
Nesse sentido, a Companhia reavaliou sua participação anterior de 60% no capital social da IEMG pelo valor justo na data da aquisição, como se o montante de R\$ 38.206 fosse ofertado para 100% da participação no capital social, e reconheceu no resultado do 2º trimestre de 2011, a perda resultante:	
Valor justo dos ativos líquidos.....	38.206
Participação anterior.....	60%
Valor justo do investimento (A).....	22.924
	<b>R\$ mil</b>
Ativos líquidos (data-base 31 de dezembro de 2010).....	85.690
Participação anterior da CTEEP.....	60%
Valor contábil do investimento (B).....	51.414
Perda na aquisição do controle da IEMG (B - A).....	28.890

Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$ 38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG. Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da IEMG são os seguintes:

	Contábil 31/12/2010	Ajustes valor justo	Valor justo dos ativos líquidos
Caixa e equivalentes de caixa.....	5.436	-	5.436
Contas a receber.....	10.898	-	10.898
Outros ativos circulantes.....	545	-	545
Contas a receber - concessão.....	150.341	(68.342)	81.999
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	24.461	24.461
Outros ativos não circulantes.....	2.977	-	2.977
	<b>170.197</b>	<b>(43.881)</b>	<b>126.316</b>
Empréstimos e financiamentos.....	(5.291)	-	(5.291)
Fornecedores.....	(1.428)	-	(1.428)
Outros passivos circulantes.....	(1.045)	-	(1.045)
Empréstimos e financiamentos - não circulante.....	(57.425)	-	(57.425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(3.778)	-	(3.778)
PIS e COFINS diferidos.....	(15.540)	-	(15.540)
Provisões para contingências.....	-	(3.603)	(3.603)
	<b>(84.507)</b>	<b>(3.603)</b>	<b>(88.110)</b>
	<b>85.690</b>	<b>(47.484)</b>	<b>38.206</b>

A metodologia utilizada pela Companhia para determinação do valor justo do caixa a receber da concessão foi o fluxo de caixa futuro descontado pela taxa efetiva de juros eletiva na data da aquisição. O ajuste de valor justo do caixa a receber é realizado na mesma proporção dos fluxos financeiros de caixa, e reconhecido contabilmente no resultado (nota 26).

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL.

Lote	Composição	Tensão (kV)
E.....	Linha de transmissão Interlagos - Piratininga II (SP)	345
	Subestação Piratininga II (SP)	345/138/88
H.....	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138
K.....	Subestação Atibaia II (SP)	345/138
	Subestação Itapetiti (SP)	345/88

O projeto dos lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 tem investimento estimado em R\$ 349,0 milhões e RAP de R\$ 24,0 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. A subestação Piratininga II entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II possui previsão de entrada em operação no 2º trimestre de 2012. O projeto do lote K do leilão 004/2011, tem investimento estimado em R\$ 43,0 milhões e RAP de R\$ 4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote L do Leilão nº 001/2009 da ANEEL. Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 175,4 milhões e RAP de R\$ 25,2 milhões (nota 1.2). A subestação Salto entrou em operação em 18 de janeiro de 2012 e a subestação Jandira possui entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2012.

(b) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	
IEENNE.....	31/12/2011	81.554.000	25,0	326.214	367.859	27.771
	31/12/2010	81.079.000	25,0	324.314	338.188	9.305
IESul.....	31/12/2011	60.303.999	50,0	120.607	127.424	4.751
	31/12/2010	44.135.999	50,0	88.272	90.339	1.744
IEMadeira.....	31/12/2011	346.800.000	51,0	680.000	740.360	50.538
	31/12/2010	123.164.490	51,0	241.499	251.321	8.430
IEGaranhuns.....	31/12/2011	1.020.000	51,0	2.000	2.000	-
	31/12/2010	-	-	-	-	-

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IEENNE)

A IEENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) - Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km.

Em 2011, a IEENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e L do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)
F.....	Linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau (RS)	230
	Subestação Scharlau (RS)	230/138
L.....	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) - Curitiba C2 (PR)	230
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis C3 (SC)	230
	Subestação Forquilha (SC)	230/69

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 187,5 milhões e RAP de R\$ 12,5 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis possui entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2013.

Interligação Elétrica da Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)
D.....	Linha de transmissão Coeloura Porto Velho - Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600
F.....	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Subestação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 3.150,4 milhões e RAP de R\$ 328,0 milhões (nota 1.2), base novembro de 2008. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer em 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)
L.....	Linha de transmissão Luiz Gonzaga - Garanhuns (AL, PE)	500
	Linha de transmissão Garanhuns - Pau Ferro (PE)	500
	Linha de transmissão Garanhuns - Campina Grande III (PE, PB)	500
	Linha de transmissão Garanhuns - Angelim I (PE)	500
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230
	Subestação Pau Ferro (PE)	500

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 650,0 milhões e RAP de R\$ 68,9 milhões, base setembro de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%, a entrada em operação está prevista para junho de 2014.

(c) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2009	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Perda na participação	Saldos em 31/12/2010
Pinheiros.....	127.877	71.029	3.236	-	202.142
Serra do Japi.....	10.204	9.145	520	-	19.869
IEENNE.....	48.044	34.177	2.326	-	84.547
IESul.....	50.114	-	1.300	-	51.414
IEMadeira.....	7.157	37.300	872	(160)	45.169
IE Garanhuns.....	53.341	70.533	4.299	-	128.173
	<b>296.737</b>	<b>222.184</b>	<b>12.553</b>	<b>(160)</b>	<b>531.314</b>

	Saldos em 31/12/2010	Aquisição de participação	Integração de capital	Equivalência patrimonial	Realização da perda na aquisição de controle	Dividendos a receber	Saldos em 31/12/2011
IEMG.....	51.414	15.283	-	-	2.445	(529)	52.319
Pinheiros.....	202.142	-	8.500	6.093	-	-	216.735
Serra do Japi.....	19.869	-	56.100	4.211	-	-	80.180
IEENNE.....	84.547	-	475	6.943	-	-	91.965
IESul.....	45.169	-	16.167	2.376	-	-	63.712
IEMadeira.....	128.173	-	223.636	25.775	-	-	377.584
IE Garanhuns.....	-	1.020	-	-	-	-	1.020
	<b>531.314</b>	<b>15.283</b>	<b>305.898</b>	<b>57.594</b>	<b>(28.490)</b>	<b>2.445</b>	<b>883.515</b>

12. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.



Sua energia NOS INSPIRA

www.cteep.com.br



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

(viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 93,3 milhões. Foram liberados R\$ 75,0 e R\$ 15,0 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011, respectivamente. As demais liberações estão previstas para fevereiro de 2012. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

(b) Notas promissórias

(i) 4ª Emissão - emitidas em 17 de janeiro de 2011, no montante de R\$ 200,0 milhões e com liquidação em 11 de janeiro de 2012 (nota 34 (a)). Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 132 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.

(ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$ 300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 190 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias. As notas promissórias emitidas pela controlada IEMadeira em 18 de maio de 2011, no montante de R\$ 180,0 milhões, foram liquidadas em 15 de setembro de 2011.

As notas promissórias emitidas pela controlada Serra do Japi em 27 de abril de 2011, no montante de R\$ 70,0 milhões, foram liquidadas em 27 de julho de 2011.

(c) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)

(i) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o Notional de R\$ 100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de Swap.

(ii) Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan e Notional no valor de R\$ 150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29.

(d) Conta garantida com limite de R\$ 20,0 milhões da controlada IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem a 100,0% do CDI + 2,0% a.a.

(e) Em 19 de maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da Linha de Transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,8% a.a., com vencimentos trimestrais. Em 09 de junho de 2011, a fiança bancária teve seu vencimento prorrogado para 08 de julho de 2012.

(f) Em 04 de agosto de 2010, a controlada IESul assinou contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A., com um limite de R\$ 17,0 milhões e liquidada em 03 de março de 2011. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	128.771	-	132.449
2013	429.482	128.671	451.771	132.963
2014	149.036	128.626	172.425	133.201
2015	74.521	64.316	98.201	69.183
2016	43	43	23.975	5.161
Após 2016	151	150	237.892	67.075
	<b>653.233</b>	<b>450.577</b>	<b>984.264</b>	<b>540.032</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldos em 31/12/2009	-	938.476	-	1.049.410
Adições de empréstimos	-	160.428	-	444.869
Pagamentos (principal e juros)	-	(578.839)	-	(673.895)
Variação de participação em controlada (IESul)	-	-	-	(11.788)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	63.829	-	63.829
Saldos em 31/12/2010	-	583.894	-	872.445
Adições	-	834.830	-	1.350.266
Pagamentos (principal e juros)	-	(197.448)	-	(383.161)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	125.429	-	152.387
Saldos em 31/12/2011	-	1.346.705	-	1.991.937

**15. Debêntures**

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
1ª série	15/12/2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	490.736	490.405	490.736	490.405
2ª série	15/12/2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	67.117	65.388	67.117	65.388
Série única IEMadeira	15/09/2012	420	106,5% do CDI	-	-	221.608	-
				<b>557.853</b>	<b>555.793</b>	<b>779.461</b>	<b>555.793</b>
				<b>168.217</b>	<b>2.154</b>	<b>389.825</b>	<b>2.154</b>
				<b>389.636</b>	<b>553.639</b>	<b>389.636</b>	<b>553.639</b>

Circulante .....  
Não circulante .....

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$ 548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano, sendo a terceira paga em 15 de junho de 2011 e a quarta em 15 de dezembro de 2011.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017, tendo a primeira ocorrida em 15 de junho de 2011.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$ 420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	-	168.092	-	168.092
2013	163.204	163.206	163.204	163.206
2014	177.939	176.878	177.939	176.878
2015	16.164	15.153	16.164	15.153
2016	16.163	15.155	16.163	15.155
Após 2016	16.166	15.155	16.166	15.155
	<b>389.636</b>	<b>553.639</b>	<b>389.636</b>	<b>553.639</b>

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldos em 31/12/2009	-	548.589	-	548.589
Adições	-	(54.852)	-	(54.852)
Pagamentos (principal e juros)	-	62.056	-	62.056
Juros e variações monetárias e cambiais	-	555.793	-	555.793
Saldos em 31/12/2010	-	555.793	-	555.793
Adições	-	204.000	-	204.000
Pagamentos (principal e juros)	-	(70.213)	-	(70.213)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	72.273	-	89.881
Saldos em 31/12/2011	-	557.853	-	779.461

**16. Tributos e encargos sociais a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda	38.249	45.952	38.391	45.952
Contribuição social	13.924	16.633	13.983	16.633
COFINS	7.678	7.141	7.976	7.210
PIS	1.665	1.549	1.730	1.564
Programa bolsa estudos	864	1.542	864	1.542
INSS	6.430	6.014	7.524	6.206
ISS	2.790	3.630	3.421	3.936
Outros	5.871	5.270	6.384	5.702
	<b>77.471</b>	<b>87.731</b>	<b>80.273</b>	<b>88.745</b>

**17. Impostos parcelados - Lei nº 11.941 - controladora e consolidado**

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF's) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$ 141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$ 42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contada a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Companhia gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$ 21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Saldo Inicial	155.317	147.738
Redução de multa e juros (benefício da Lei)	(21.013)	-
Atualização monetária sobre o débito	30.202	7.580
Pagamentos efetuados (*)	(6.997)	(15.311)
	<b>157.509</b>	<b>155.317</b>
	<b>12.279</b>	<b>10.355</b>
	<b>145.230</b>	<b>144.964</b>

(\*) Até que ocorresse a homologação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, o pagamento mensal era no montante de R\$ 100,00 (cem reais).

**18. Encargos regulatórios a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	50.086	39.033	50.364	39.114
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.834	2.179	1.834	2.179
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	2.592	3.620	2.592	3.620
Reserva Global de Reversão - RGR	4.050	5.443	4.917	5.629
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.269	1.143	1.269	1.143
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	182	48
	<b>59.831</b>	<b>51.418</b>	<b>61.158</b>	<b>51.733</b>
Circulante	27.497	49.244	28.824	49.559
Não circulante	32.334	2.174	32.334	2.174

(i) A Companhia e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

**19. Provisões**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Férias e encargos sociais	17.405	16.417	17.840	16.795
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.419	5.786	5.419	5.786
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	6	6	6	6
Contingências (a)	101.832	161.682	101.844	161.682
	<b>124.662</b>	<b>183.972</b>	<b>125.109</b>	<b>184.350</b>
Circulante	22.830	22.284	23.277	22.662
Não circulante	101.832	161.688	101.832	161.688

**(a) Provisão para contingências**

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas (i)	87.795	145.993	87.807	145.993
Cíveis	3.347	3.844	3.347	3.844
Fiscais - IPTU (ii)	7.608	7.527	7.608	7.527
Previdenciárias - INSS (iii)	1.439	3.635	1.439	3.635
ANEEL (iv)	1.643	883	1.643	683
	<b>101.832</b>	<b>161.682</b>	<b>101.844</b>	<b>161.682</b>

(i) Trabalhistas - A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 52.867 (R\$ 27.914 em 31 de dezembro de 2010), conforme nota 10.

(ii) Fiscais - IPTU - A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$ 7.608.

(iii) Previdenciárias - INSS - Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$ 8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados". Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Companhia nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$ 5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência.

(iv) ANEEL - A Companhia foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizada pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$ 1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$ 886, perfazendo o total de R\$ 2.867. Em 30 de junho de 2010, a provisão foi revertida contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas. Adicionalmente, a Companhia mantém provisão referente ao processo decorrente do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada a interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

(v) Processos com perdas possíveis - A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$ 119.512 (R\$ 101.252 em 2010), concentradas principalmente em trabalhistas, que em 2011 totalizava R\$ 65.736 (R\$ 59.517 em 2010) para as quais não foi constituída provisão.

(vi) Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldos em 31/12/2009	147.344	3.219	8.239	5.398
Constituição	12.523	966	-	-
Reversão/pagamento	(23.396)	(687)	(838)	(2.256)
Atualização	9.522	346	126	493
Saldos em 31/12/2010	145.993	3.844	7.527	3.635
Constituição	25.908	1.948	-	-
Reversão/pagamento	(85.781)	(2.668)	(79)	(2.381)
Atualização				



Sua energia NOS INSPIRA

www.cteep.com.br



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**(b) Dividendos e juros sobre capital próprio**

Em reuniões extraordinárias realizadas em 11 de janeiro, 30 de março e 28 de junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 22 de janeiro, 20 de abril e 23 de julho de 2010, de dividendos referentes ao lucro de 2009, nos montantes de R\$ 161.000, R\$ 129.980 e R\$ 77.302, correspondentes a R\$ 1,066656, R\$ 0,862756 e R\$ 0,509143 por ação, respectivamente.

Em 2010, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data RCA	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
30/03/2010.....	61.920	0,411002	-	-	28/04/2010
28/06/2010.....	62.926	0,414452	63.671	0,419364	23/07/2010
30/09/2010.....	63.720	0,419682	146.280	0,963453	25/10/2010
17/12/2010.....	63.027	0,415119	112.073	0,738152	28/01/2011
	<b>251.593</b>	<b>1,660255</b>	<b>322.024</b>	<b>2,120969</b>	

Em reuniões realizadas em 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 29 de abril de 2011 e 28 de julho de 2011, de dividendos referentes ao lucro de 2010, no montante de R\$ 181.307, R\$ 16.714, correspondentes a R\$ 1,194154 e R\$ 0,110087 por ação, respectivamente.

Em 2011, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data RCA	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
31/03/2011.....	65.693	0,432676	-	-	29/04/2011
30/06/2011.....	63.461	0,417975	160.525	1,057275	28/07/2011
30/09/2011.....	61.228	0,403273	172.772	1,137935	31/10/2011
21/12/2011.....	64.158	0,420264	169.842	1,112539	30/01/2012
	<b>254.540</b>	<b>1,674188</b>	<b>503.139</b>	<b>3,307749</b>	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2011 é de R\$ 915.216 (R\$ 751.675 em 2010). O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar para partes relacionadas é de R\$ 84.827 (nota 28) e R\$ 147.329 para os demais acionistas. O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$ 116,2 milhões, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2011	2010
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>915.260</b>	<b>812.171</b>
Constituição da reserva legal.....	(16.762)	(40.609)
Realização da reserva de lucros a realizar.....	2.217	3.240
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos.....	2.156	2.522
Base de cálculo de dividendos.....	902.571	777.324
Dividendos mínimos obrigatórios.....	(116.263)	(111.991)
Dividendos intermediários adicionais.....	(641.416)	(461.626)
Constituição da reserva estatutária.....	(4.272)	(5.686)
Constituição da reserva de retenção de lucros.....	(109.571)	-
<b>Destinação para dividendos adicionais propostos</b> .....	<b>31.349</b>	<b>198.021</b>

**(c) Reservas de capital**

	2011	2010
Subvenções para investimento - CRC (i).....	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii).....	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos.....	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM.....	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 9).....	147.912	176.744
	<b>2.202.281</b>	<b>2.231.113</b>

**(i) Subvenções para investimentos - CRC**

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de "Reserva de Capital".

Conforme facultado pelo CPC nº 13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**(ii) Remuneração das imobilizações em curso**

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

**(d) Reservas de lucro**

	2011	2010
Reserva legal (i).....	232.525	215.763
Reserva estatutária (ii).....	116.263	111.991
Reserva de lucros a realizar (iii).....	31.076	33.293
Reserva de retenção de lucros (iv).....	762.648	653.077
	<b>1.142.512</b>	<b>1.014.124</b>
Dividendos adicionais propostos.....	31.349	198.021
	<b>1.173.861</b>	<b>1.212.145</b>

**(i) Reserva legal**

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal já representa 20% do capital social.

**(ii) Reserva estatutária**

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011, a reserva estatutária já representa 10% do capital social.

**(iii) Reserva de lucros a realizar**

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995. Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de "Lucros acumulados" mensalmente.

**(iv) Reserva de retenção de lucros**

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

**(e) Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador, a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 31 de dezembro de 2011.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2011, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2011	2010
<b>Lucro líquido e diluído por ação</b>		
Lucro líquido - R\$ mil.....	915.260	812.171
Média ponderada de ações		
Ordinárias.....	63.877.151	63.655.793
Preferenciais.....	87.974.031	87.810.218
	<b>151.851.182</b>	<b>151.466.011</b>
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias.....	66.959.787	67.266.926
Preferenciais.....	87.974.031	87.810.218
	<b>154.933.818</b>	<b>155.077.144</b>
Lucro básico por ação.....	6,02735	5,36207
Lucro diluído por ação.....	5,90743	5,23721

**23. Receita operacional líquida**

**23.1 Composição da receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receita bruta</b>				
Construção (a).....	265.387	147.659	1.103.686	693.803
Operação e Manutenção (a).....	540.616	440.789	555.127	442.469
Financeira (b).....	1.476.988	1.371.585	1.589.969	1.398.245
Aluguéis.....	13.703	12.797	13.703	12.797
Prestação de serviços.....	6.004	4.228	6.204	4.229
<b>Total da receita bruta</b> .....	<b>2.302.698</b>	<b>1.977.058</b>	<b>3.268.689</b>	<b>2.551.543</b>
<b>Tributos sobre a receita</b>				
COFINS.....	(104.089)	(85.236)	(177.541)	(128.896)
PIS.....	(22.378)	(18.487)	(38.325)	(27.967)
ISS.....	(301)	(212)	(301)	(212)
	<b>(126.768)</b>	<b>(103.935)</b>	<b>(216.167)</b>	<b>(157.075)</b>
<b>Encargos regulatórios</b>				
Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	(40.737)	(32.524)	(40.737)	(32.524)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	(26.021)	(27.197)	(26.021)	(27.197)
Reserva Global de Reversão - RGR.....	(52.730)	(46.808)	(54.042)	(46.972)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	(18.177)	(16.117)	(18.499)	(16.202)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.....	(12.418)	(15.287)	(12.418)	(15.287)
	<b>(150.083)</b>	<b>(137.933)</b>	<b>(151.717)</b>	<b>(138.182)</b>
	<b>2.025.847</b>	<b>1.735.190</b>	<b>2.900.805</b>	<b>2.256.286</b>

**(a) Serviços de construção e operação e manutenção**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**23.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP**

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

• Primeiro ciclo de revisão tarifária periódica

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a RAP em 26,15%, que foi aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroativos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, foi compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

• Segundo ciclo de revisão tarifária periódica

A revisão periódica prevista contratualmente para ocorrer em julho de 2009 foi postergada para julho de 2010. Em 21 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou Resolução Normativa nº 386, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas - RTP das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O artigo 6º da Resolução Normativa nº 386/09, define que o resultado do reposicionamento tarifário terá seus efeitos a partir de 01 de julho de 2009. Considerando tal retroatividade e a redução do custo de capital, para este segundo ciclo, de 9,18% para 7,24%. Ajustes positivos e negativos oriundos do reposicionamento tarifário afetam os fluxos de caixa esperados pela Companhia para os seus ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, são reconhecidos como ajustes na receita financeira no período em que ocorrem.

O resultado do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica foi homologado pela Resolução nº 994 de 08 de junho de 2010 a ANEEL, tendo sido fixado o reposicionamento tarifário da Companhia em menos 20,4%, a ser aplicado sobre a parcela RBNI e RCDM vigentes em 1º de julho de 2009.

Em virtude dos efeitos retroativos da nova receita, o valor de R\$ 82.086 arrecadado a maior no período de 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010, foi compensado em 12 (doze) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

**23.3 Parcela Variável - PV e Adicional à RAP**

A Resolução Normativa nº 270 de 09 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável - PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

**23.4 Reajuste anual da receita**

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$1.760.758 em 01 de julho de 2010, passou para R\$ 2.008.277 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$ 247.519, equivalente a 14,1%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$ 1.861.195 em 01 de julho de 2010, passou para R\$ 2.120.592 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$ 259.397, equivalente a 13,9%.

A RAP da Companhia a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total
	Novos investimentos		Parcela de ajuste	Novos investimentos		Parcela de ajuste		
	Ativos existentes	Licitada		Ativos existentes	Licitada			
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
	<b>1.241.581</b>	<b>314.290</b>	<b>15.925</b>	<b>(17.927)</b>	<b>360.076</b>	<b>106.099</b>	<b>(11.767)</b>	<b>2.008.277</b>

A RAP da Companhia e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão - DIT			Total
	Novos investimentos		Parcela de ajuste	Novos investimentos		Parcela de ajuste		
	Ativos existentes	Licitada		Ativos existentes	Licitada			
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
015/2008	13.474	-	-	-	-	-	-	13.474
018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
	<b>1.318.136</b>	<b>314.290</b>	<b>51.685</b>	<b>(17.927)</b>	<b>360.076</b>	<b>106.099</b>	<b>(11.767)</b>	<b>2.120.592</b>

**24. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Custos</b>				
Pessoal.....	(166.772)	(37.392)	(204.164)	(196.777)
Serviços.....	(223.469)	(40.838)	(264.307)	(203.991)
Depreciação.....	-	(6.116)	(6.116)	(6.021)
Materiais.....	(170.457)	(1.303)	(171.760)	(128.543)
Arrendamentos e aluguéis.....	(8.272)	(4.760)	(13.032)	(10.661)
Contingências.....	-	(1.598)	(1.598)	(31.522)
Outros.....	(19.410)	(24.798)	(44.208)	(21.135)



Sua energia NOS INSPIRA

ISA CTEEP  
www.cteep.com.br



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG. Em 2011, foi assinado termo de distrato, determinando a cessação da prestação do serviço.

Em 2010, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações dos Pinheiros.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a IESul no valor total de até R\$ 63.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$ 100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$ 55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de dezembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

**29. Instrumentos financeiros**

**(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	151.021	40.334	207.295	54.983
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	1.434.110	1.413.681	1.474.794	1.424.390
Não circulante	3.423.417	3.231.704	5.335.027	4.225.309
Valores a receber - Secretaria da Fazenda				
Circulante	14.906	22.938	14.906	22.938
Não circulante	810.750	681.129	810.750	681.129
Créditos com controladas		56.338		
Cauções e depósitos vinculados	61.886	42.248	61.886	42.248
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante			1.673	
Não circulante	53.736		54.195	
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	693.472	133.317	1.007.673	332.413
Não circulante	653.233	450.577	984.264	540.032
Debêntures				
Circulante	168.217	2.154	389.825	2.154
Não circulante	389.636	553.639	389.636	553.639
Fornecedores	48.781	48.856	83.056	93.964
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	232.156	193.822	232.156	193.822
Valor justo através do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	27.226		27.226	
Não circulante				

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contratação de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

A Companhia e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como Hedge de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39, a Companhia adotou o "Hedge Accounting".

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

	Vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valor a receber (pagar)	
		31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
<b>Curto prazo</b>					
<b>Posição ativa:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	7.135	7.135		
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	6.823	6.823		
<b>Posição passiva:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(7.135)	(14.396)	(7.261)	
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(6.823)	(26.788)	(19.965)	
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(34.067)	(34.067)	(27.226)	
<b>Valor líquido</b>					
<b>Longo prazo</b>					
<b>Posição ativa:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	114.941	114.941		
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	152.293	152.293		
<b>Posição passiva:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(114.941)	(88.063)	26.878	
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(152.293)	(125.435)	26.858	
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013		53.736	53.736	
<b>Valor líquido</b>					
<b>Consolidado</b>					
<b>Curto prazo</b>					
<b>Posição ativa:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	7.135	7.135		
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	6.823	6.823		
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	34.067	35.740	1.673	
		48.025	49.698	1.673	
<b>Posição passiva:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(7.135)	(14.396)	(7.261)	
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(6.823)	(26.788)	(19.965)	
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(34.067)	(34.067)	(27.226)	
		(48.025)	(75.251)	(25.553)	
<b>Valor líquido</b>					
<b>Longo prazo</b>					
<b>Posição ativa:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	114.941	114.941		
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	152.293	152.293		
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	14.039	14.498	459	
		281.273	281.732	459	
<b>Posição passiva:</b>					
Swap (Banco Itaú)	Abril de 2012	(114.941)	(88.063)	26.878	
Swap (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(152.293)	(125.435)	26.858	
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(14.039)	(14.039)		
		(281.273)	(227.537)	53.736	
<b>Valor líquido</b>					
			54.195	54.195	

**(b) Financiamentos**

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

**Índice de endividamento**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	693.472	133.317	1.007.673	332.413
Não circulante	653.233	450.577	984.264	540.032
Debêntures				
Circulante	168.217	2.154	389.825	2.154
Não circulante	389.636	553.639	389.636	553.639
Dívida total	1.904.558	1.139.687	2.771.398	1.428.238
Caixa e equivalentes de caixa	151.021	40.334	207.295	54.983
Dívida líquida	1.753.537	1.099.353	2.564.103	1.373.255
Patrimônio líquido	4.539.434	4.563.835	4.539.434	4.563.835
Índice de endividamento líquido	38,6%	24,1%	56,5%	30,1%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados na nota explicativa 14.

**(c) Gerenciamento de riscos**

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

**(i) Risco de crédito** - A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantem contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão - DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

**(ii) Risco de preço** - As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 23.2).

**(iii) Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 15).

**(iv) Risco de taxa de câmbio** - A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 14(c)). A sua controlada IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

**(v) Risco de captação** - A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

**(vi) Risco de seguros** - A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

**(vii) Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

**(d) Análise de sensibilidade**

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$ 63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$ 85,7 milhões (nota 14 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na sua controlada IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desses endividamentos.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 março de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

**Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora**

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos e Passivos Financeiros</b>				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	139.922	167.906
<i>Commercial Paper</i> (JP Morgan)	USD	145.900	182.376	218.851
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(139.922)	(167.906)
Swap Ponta Ativa - <i>Commercial Paper</i> (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(182.376)	(218.851)
Variação				
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>				
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	2,15	2,58

**Quadro 2 - com depreciação da taxa**

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos e Passivos Financeiros</b>				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	83.953	55.968
<i>Commercial Paper</i> (JP Morgan)	USD	145.900	109.425	72.950
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(83.953)	(55.968)
Swap Ponta Ativa - <i>Commercial Paper</i> (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(109.425)	(72.950)
Variação				
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>				
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	1,29	0,86

**Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado**

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos e Passivos Financeiros</b>				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	139.922	167.906
<i>Commercial Paper</i> (JP Morgan)	USD	145.900	182.376	218.851
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	46.164	57.663	69.332
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.266	2.832	3.399
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(139.922)	(167.906)
Swap Ponta Ativa - <i>Commercial Paper</i> (Banco JP Morgan)	USD	(145.900)	(182.376)	(218.851)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(46.164)	(57.663)	(69.332)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.266)	(2.832)	(3.399)
Variação				
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>				
Taxa do Dólar USD/R\$		1,72	2,15	2,58
Taxa da Libra GBP/R\$		2,69	3,36	4,04

**Quadro 2 - com depreciação da taxa**

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos e Passivos Financeiros</b>				
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	111.937	83.953	55.968
<i>Commercial Paper</i> (JP Morgan)	USD	145.900	109.425	72.950
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	46.164	34.666	23.168
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.266	1.699	1.133
Swap Ponta Ativa - CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(111.937)	(83.953)	(55.9



Sua energia NOS INSPIRA

lsa CTEEP  
www.cteep.com.br



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**Quadro 2 - Risco de Queda dos Indexadores**

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos Financeiros</b>				
Aplicações financeiras.....	99,5% CDI	212	160	108
Aplicações financeiras.....	101% CDI	402	304	205
<b>Passivos financeiros</b>				
Notas Promissórias - 4ª emissão.....	CDI+0,40%	1.833	1.407	973
Notas Promissórias - 5ª emissão.....	CDI+0,48%	7.944	6.102	4.229
Debêntures 1ª série.....	CDI+1,30%	13.396	10.523	7.600
Debêntures 2ª série.....	IPCA+8,10%	2.336	2.088	1.837
FINEM BNDES I.....	TJLP+2,30%	6.682	5.496	4.298
FINEM BNDES II.....	TJLP+1,80%	3.775	3.063	2.343
Banco Bradesco.....	CDI+2,0%	126	101	75
BNDES (IEMG).....	TJLP+2,40%	1.193	984	773
BNDES (IEMadeira).....	TJLP+2,80%	6.551	5.454	4.345
BNDES (IESul).....	TJLP+2,40%	198	163	128
BNDES (Pinheiros).....	TJLP+2,60%	2.660	2.204	1.744
BNDES (Serra do Japi) Sub A.....	TJLP+1,95%	943	769	592
BNDES (Serra do Japi) Sub B.....	TJLP+1,55%	787	633	478
Debêntures IEMadeira.....	106,5% do CDI	5.613	4.248	2.859
<b>Derivativos</b>				
Swap IBBA (Posição MTM).....	103,5% CDI	2.524	1.910	1.285
Swap JP Morgan (Posição MTM).....	98,30% CDI	3.569	2.699	1.815
Efeito líquido da variação.....		(59.516)	(47.380)	(35.061)
<b>Referência para Ativos Financeiros</b>				
99,5% CDI (março de 2012).....		9,83%	7,37%	4,92%
101% CDI (março de 2012).....		9,98%	7,48%	4,99%
<b>Referência para Passivos Financeiros</b>				
98,30% CDI.....		9,71%	7,28%	4,86%
100% CDI (março de 2012).....		9,88%	7,41%	4,94%
100% CDI (março de 2012).....		9,88%	7,41%	4,94%
101% CDI (março de 2012).....		9,98%	7,48%	4,99%
103,5% CDI.....		10,23%	7,67%	5,11%
TJLP% a.a.....		6,00%	4,50%	3,00%
IPCA % (Acumulado 12 meses).....		6,00%	4,50%	3,00%

**30. Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais**

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	2011	2010
Até um ano.....	6.210	3.133
Mais de um ano até cinco anos.....	8.002	3.411
	<b>14.212</b>	<b>6.544</b>

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 28 - transações com partes relacionadas.

**31. Seguros**

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora			
	Vigência	Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil	Importância
Patrimonial (a).....	01/09/11 a 01/09/12	2.401.635	2.643	
Responsabilidade Civil Geral (b).....	01/09/11 a 01/09/12	20.000	223	
Transportes Nacionais (c).....	30/09/11 a 30/09/12	214.613	34	
Acidentes Pessoais Coletivos (d).....	01/05/11 a 01/05/12	26.767	1	
Automóveis (e).....	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35	
			<b>2.936</b>	
Consolidado				
Modalidade	Vigência	Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil	Importância
Patrimonial (a).....	09/07/09 a 19/12/12	2.635.324	2.947	
Responsabilidade Civil Geral (b).....	01/09/09 a 19/12/12	33.000	415	
Transportes Nacionais (c).....	16/07/09 a 15/12/12	231.632	51	
Acidentes Pessoais Coletivos (d).....	01/05/11 a 01/05/12	26.767	1	
Automóveis (e).....	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35	
			<b>3.449</b>	

(a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Cláusula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

(c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.

(d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.

(e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**32. Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE**

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - "Eletropaulo"), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do polo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta. A CTEEP com o intuito de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

**33. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58**

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a intervenção da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 4ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 4ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 4ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal de Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2011, o valor de R\$ 1.927.563 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 1.268.799 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 658.764 (nota 7 (c)), foi requerida pela Companhia inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo.

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 4ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência destes fatos, a Companhia registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 7 (c)).

**34. Eventos subsequentes**

**(a) Empréstimos e financiamentos**

Em 11 de janeiro de 2012, ocorreu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem a 104,9% do CDI.

Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias.

Em 13 de janeiro de 2012, foram assinados os aditivos aos contratos de financiamentos entre o BNDES e a controlada IEMadeira (nota 14 (iv)) alterando o vencimento de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

**(b) Entrada em operação de subestação**

A subestação Salto da controlada Serra do Japi, entrou em operação em 18 de janeiro de 2012.

**(c) Dividendos e juros sobre capital próprio**

Em 30 de janeiro de 2012 a Companhia efetuou o pagamento e/ou deixou à disposição os dividendos e juros sobre capital próprio deliberados em reunião do Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2011 (nota 22 (b)).

**35. Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2012. Estas demonstrações financeiras, bem como as demonstrações contábeis regulatórias, mencionadas na nota 2.5, estarão disponíveis no site da Companhia a partir de 15 de março e 30 de abril de 2012, respectivamente.

**A ADMINISTRAÇÃO**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA EXECUTIVA

**CONTADOR**

CARISA SANTOS PORTELA CRISTAL  
CRC 1SP 218186/O-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o Art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas segundo os princípios estabelecidos no Capítulo XV do referido diploma legal e o Relatório

da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício social. Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis e as informações complementares estão aptas a serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. São Paulo, 07 de março de 2012

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme descrito na nota explicativa 33, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decorrentes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado, que repassa o valor à CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a cisão da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004 o Governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, em janeiro de 2006, a Fazenda do Estado, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber junto ao Governo, uma vez que a Companhia efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 4ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4.819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse contas a receber deve ser registrada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de março de 2012



ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti

Contador CRC 1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo

Contador CRC 1SP221749/O-0